

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NO CONTRATO DA OFERTA PERMANENTE

NOTA TÉCNICA Nº 43/2019/SPL/ANP-RJ

OBJETIVO

A presente Nota Técnica tem por objetivo apresentar de forma consolidada as principais alterações propostas para as minutas dos contratos de concessão da Oferta Permanente para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural em blocos com risco exploratório e áreas com acumulações marginais, de modo a subsidiar a Diretoria Colegiada da ANP na deliberação sobre a aprovação dos referidos instrumentos licitatórios.

INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 4º da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17, de 08 de junho de 2017, a ANP está autorizada a conduzir Oferta Permanente de campos devolvidos ou em processo de devolução, blocos exploratórios com descobertas devolvidos e áreas que já tenham sido objeto de autorizações de parte do CNPE em licitações anteriores, inclusive as que foram objeto das Rodadas Zero a Seis, conforme Resolução CNPE nº 8/2018, publicada no Diário Oficial da União em 07 de agosto de 2018. Dessa forma, ficou a ANP autorizada a conduzir Oferta Permanente desses campos e blocos, excluídos os localizados na área do polígono do pré-sal ou demais áreas estratégicas.

Posteriormente, o Decreto nº 9.641, de 27 de dezembro de 2018, delegou competência à ANP para definir blocos em bacias terrestres a serem objeto de licitação, sob o regime de concessão, no sistema de Oferta Permanente, independente dos mesmos já terem sido licitados em rodadas de licitações anteriores.

A fim de cumprir tais obrigações, com base no arcabouço legal existente e na experiência acumulada pela ANP ao longo das rodadas de licitações já realizadas, a Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), à luz da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 21, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno da ANP, aprovado pela Portaria ANP nº 69/2011, elaborou o edital e os contratos da Oferta Permanente.

Nessa senda, a ANP realizou a sessão pública de apresentação de ofertas do 1º Ciclo da Oferta Permanente no dia 10 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro. Conforme estabelecido em edital, os ciclos da Oferta Permanente correspondem à realização das sessões públicas de apresentação de oferta para um ou mais setores que tiveram declaração de interesse acompanhada de garantia de oferta por uma ou mais licitantes inscritas.

Para futuros ciclos da Oferta Permanente, entretanto, entendeu-se por bem não somente substituir o Anexo I ao edital da Oferta Permanente, o qual contém os blocos com risco exploratório e as áreas com acumulações marginais em Oferta Permanente, mas também aprimorar os instrumentos licitatórios, haja vista o processo de evolução regulatória continuamente implementado pela ANP nas licitações por ela promovidas.

Assim, foram elaboradas duas minutas de contrato de concessão divididas da seguinte forma:

- Uma minuta para exploração e produção de petróleo e gás natural para blocos com risco exploratório; e
- Uma minuta para reabilitação e produção de petróleo e gás natural para áreas com acumulações marginais.

Esta nota técnica apresenta e justifica as alterações incorporadas às minutas dos contratos de concessão da Oferta Permanente em relação aos modelos dos contratos de concessão de blocos com risco exploratório e de áreas com acumulações marginais vigentes.

Os principais aprimoramentos implementados nos instrumentos licitatórios refletem a experiência e o conhecimento acumulados pela SPL na realização das rodadas de licitações de E&P.

Esta nota técnica contém seis seções, incluindo o objetivo e esta breve introdução. A seção seguinte traz breve síntese dos objetos da Oferta Permanente. Em seguida, a quarta seção contém a base legal e as referências utilizadas para elaboração das minutas dos contratos da Oferta Permanente. A quinta seção apresenta de forma consolidada os aprimoramentos empreendidos nos instrumentos licitatórios, bem como as justificativas e demais informações necessárias para apreciação dos documentos. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais.

DO OBJETO DA OFERTA PERMANENTE

A Oferta Permanente tem por objeto a outorga de contratos de concessão para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural em blocos com risco exploratório e áreas com acumulações marginais localizados em bacias sedimentares marítimas ou terrestres brasileiras.

Os blocos e áreas são selecionados em bacias de diferentes ambientes e modelos exploratórios, com o objetivo de ampliar as reservas e a produção brasileira de petróleo e gás natural, ampliar o conhecimento das bacias sedimentares, descentralizar o investimento exploratório no País, fixar empresas nacionais e estrangeiras no Brasil e oferecer oportunidades a pequenas e médias empresas, em consonância com o art. 65 da Lei nº 12.351/2010, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, à geração de empregos e à distribuição de renda.

Em cumprimento ao disposto na Resolução CNPE nº 17/2017, as áreas ofertadas nas rodadas de licitações promovidas pela ANP devem ser previamente analisadas quanto à viabilidade ambiental pelos órgãos ambientais estaduais e pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG). Como resultado dessa análise são elaborados pareceres pelos órgãos ambientais contendo algumas diretrizes, que permitem ao futuro concessionário a inclusão da variável ambiental em seus estudos de viabilidade técnica e econômica dos projetos de E&P de petróleo e gás natural.

Conforme os órgãos ambientais estaduais e o Ibama emitem pareceres ambientais, e após realização de Audiência Pública, os blocos e áreas são incluídos no conjunto disponível da Oferta Permanente para declaração de interesse. Conforme os blocos forem arrematados, serão retirados do edital. A inclusão e exclusão de blocos e áreas na Oferta Permanente é, portanto, um processo contínuo.

BASE LEGAL E REFERÊNCIAS

Para elaboração dos instrumentos apresentados por esta nota técnica foram observados os princípios que regem a Administração Pública e as licitações públicas, bem como a Legislação Aplicável, especialmente a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei nº 9.478/1997, a Lei nº 12.351/2010, a Resolução CNPE nº 17, de 08 de junho de 2017, e a Resolução ANP nº 18, de 18 de março de 2015.

A Lei nº 9.478/1997 dispõe sobre a política energética nacional, cria o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), com a atribuição de formular políticas e diretrizes de energia destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do país, e institui a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) como ente responsável pela regulação, contratação e fiscalização das atividades econômicas da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, cabendo-lhe, entre outras atribuições, a elaboração de editais e contratos e a realização de licitações para concessão dos direitos de exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, celebrando os contratos de concessão delas decorrentes e fiscalizando a sua execução.

A Lei nº 12.351/2010, nos termos do artigo 65, delega ao Poder Executivo o estabelecimento de políticas e medidas específicas visando ao aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

A Resolução CNPE nº 17/2017 estabelece a política de exploração e produção de petróleo e gás natural, define suas diretrizes e orienta o planejamento e a realização de licitações e autoriza a ANP a conduzir a

Oferta Permanente de campos devolvidos ou em processo de devolução e de blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos à agência.

Finalmente, a Resolução ANP nº 18/2015 regulamenta os procedimentos para a realização de licitações sob o regime de concessão.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DA OFERTA PERMANENTE

No processo de aperfeiçoamento das minutas dos contratos concessão da Oferta Permanente foram realizados aprimoramentos de forma e conteúdo.

As alterações de forma visam simplificar o texto, corrigir eventuais erros materiais e tornar a redação mais clara e objetiva, não sendo objeto desta nota técnica.

A seguir, em linhas gerais, são apresentadas as principais alterações de conteúdo realizadas nas minutas dos contratos de concessão da Oferta Permanente, acompanhadas das respectivas justificativas.

ALTERAÇÕES REALIZADAS NO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BLOCOS COM RISCO EXPLORATÓRIO:

O modelo de contrato de concessão de blocos exploratórios da Oferta Permanente foi alterado à luz do contrato de concessão da 16ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios (“**R16**”), instrumento contratual mais recentemente aprovado pela Diretoria Colegiada da ANP para licitações com esse objeto.

As justificativas para as alterações implementadas no referido contrato estão expendidas na Nota Técnica nº 11/2019/SPL (SEI nº 0207789) e na Nota Técnica nº 16/2019/SPL (SEI nº 0172235), e prescindem de maiores detalhamentos nesta nota técnica.

Além de tais aprimoramentos, todavia, cumpre assinalar as seguintes alterações:

CLÁUSULA QUINTA - FASE DE EXPLORAÇÃO

Nesta Cláusula, por solicitação da Superintendência de Exploração (SEP), foi retirada do parágrafo 5.6.2 “b” a obrigação do reprocessamento ser apenas PSTM e PSDM com o objetivo de englobar o maior número possível de tipos de migração de dados sísmicos, vez que, atualmente, já existem novas tecnologias de processamento/reprocessamento em tempo e profundidade mais eficazes e com custo mais elevado (por exemplo RTM, KPSDM) e consequentemente maior qualidade, que não poderiam ser aceitas segundo o contrato, o que não seria razoável e nem do interesse da ANP.

Ademais, também em razão de sugestão da SEP, a redação do parágrafo 5.13 foi alterada. Em suma, a proposta daquela Superintendência, é a revisão dos atuais procedimentos e prazos para entrega dos dados à ANP. A fim de dar maior previsibilidade ao regulador dos investimentos e atividades, será exigido que o operador apresente uma previsão para toda a fase de exploração, que deverá ser revisada anualmente. A redação anterior do contrato impunha como horizonte temporal contemplado no PAT/OAT o ano subsequente ao da entrega.

A SEP fundamentou essas e outras alterações, detalhadas nas cláusulas subsequentes, por meio da Nota Técnica nº 23/2019/SEP (SEI nº 0474759), instruído no processo administrativo da Oferta Permanente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DESCOBERTA E AVALIAÇÃO

Nesta Cláusula, foi excluído o parágrafo 7.8 por solicitação da SEP. Segundo aquela Superintendência, não é razoável a exigência de apresentação de PAD em contratos que já se encontram na fase de produção, uma vez que a avaliação de um novo reservatório durante a Fase de Produção terá uma governança melhor dentro do âmbito do Plano de Desenvolvimento (PD) e sinergia com as atividades de Desenvolvimento que

estão sendo executadas. Afirma a SEP que a SDP poderia, com muito mais propriedade, avaliar um cronograma paralelo de atividades para Avaliação de um Novo Reservatório, entendendo quais atividades são prioritárias para aprovação de novo cronograma do PD, em conjunto com o desenvolvimento da jazida original.

Tal sugestão foi objeto de consulta específica à Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP), que validou a proposta.

Ainda, em decorrência da exclusão do parágrafo 7.8, esta SPL sugere, após consulta e validação por parte da SDP, a realocação do parágrafo 10.11, exclusão dos parágrafos 10.11.1 e 10.12 e inclusão da Cláusula Décima Quarta no contrato de concessão de blocos exploratórios da Oferta Permanente.

CLÁUSULA OITAVA - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE

Nesta Cláusula, o parágrafo 8.6, que versa sobre a postergação do prazo de entrega da Declaração de Comercialidade, teve a redação relativa ao prazo de postergação alterada. A redação original previa que a extensão do prazo de entrega da Declaração de Comercialidade teria um prazo de 5 anos. Em consonância com redação já adotada nos contratos de acumulações marginais, propõe-se alteração prevendo que a extensão dar-se-á pelo prazo de “até 5 anos”. Com isso, a ANP passa a ter maior flexibilidade para arbitrar o prazo de postergação da entrega da Declaração de Comercialidade diante do caso concreto.

CLÁUSULA DÉCIMA - PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Nesta Cláusula, o parágrafo 10.11 foi realocado para a Cláusula Décima Quarta e os parágrafos 10.11.1 e 10.12 foram excluídos, conforme justificativas apresentadas nos itens 5.10 e 5.11 desta Nota Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESCOBERTA, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVO RESERVATÓRIO NA FASE DE PRODUÇÃO

De modo similar ao que foi realizado no contrato de partilha de produção da Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa, em razão dos argumentos apresentados pela SEP, descritos nos itens 5.10 e 5.11 desta Nota Técnica, as questões relacionadas a Descoberta, Avaliação e Desenvolvimento de Novo Reservatório na Fase de Produção foram consolidadas em cláusula específica. Caso o Concessionário decida proceder à Avaliação da Descoberta de Novo Reservatório, deverá apresentar as atividades de Avaliação no Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Produção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - EXECUÇÃO PELO CONCESSIONÁRIO

Nesta Cláusula, foram modificados os parágrafos 15.18 e 15.18.1 por solicitação da SEP. Tais alterações decorrem de proposta de modificação do edital de licitações da Oferta Permanente, onde a SEP propõe a exclusão da obrigatoriedade do estabelecimento de um objetivo exploratório mínimo para cada bloco em edital, devendo os poços exploratórios atingir objetivo principal aprovado pela ANP no momento do envio da Notificação de Perfuração de Poço (NPP).

A fundamentação para a modificação encontra-se consubstanciada a partir do item 36 da Nota Técnica nº 23/2019/SEP (SEI nº 0474759) e a sugestão foi objeto de concordância por parte da Superintendência de Definição de Blocos (SDB).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DADOS E INFORMAÇÕES

Haja vista sugestão encaminhada pela SDT, o parágrafo 16.3 foi alterado, dispensando-se de prévia autorização da ANP a remessa de “*dados de geologia, geofísica e geoquímica*” para o exterior, “*nos termos da Legislação Aplicável*”, que só faz tal exigência no caso de remessa de rochas.

Ademais disso, a SDT concordou com a exclusão dos subparágrafos 16.3.1, 16.3.2 e 16.3.3, vez que a remissão à Legislação Aplicável no parágrafo 16.3 supriria a necessidade de disciplinar tal matéria no Contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CASO FORTUITO, FORÇA MAIOR E CAUSAS SIMILARES

A Superintendência de Exploração (SEP) e Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM) propuseram conjuntamente nova redação para as disposições contratuais relativas ao Licenciamento Ambiental, a fim de melhor disciplinar em contrato o regramento aplicável à suspensão do prazo contratual por conta de atraso na obtenção da licença ambiental.

Em razão da extensão das alterações propostas, transcrevemos abaixo, *in verbis*, a nova redação proposta, bem como respectivas justificativas:

31.4. A ANP poderá prorrogar ou suspender o curso do prazo contratual caso comprovado atraso no processo de licenciamento ambiental.

Justificativa: Alteração do termo “procedimento” para “processo” por ser o termo utilizado na legislação ambiental e aplicado na ANP.

31.4.1. A suspensão ou a prorrogação contratual poderá ser concedida mediante solicitação do Concessionário.

Justificativa: utilização do termo ‘solicitação’, a fim de deixar claro que a suspensão ou prorrogação precisam de motivação por parte do Concessionário.

31.4.2. Para que o curso do prazo contratual possa ser suspenso ou prorrogado, o prazo regulamentar para decisão do órgão licenciador, no processo de licenciamento ambiental, deve ter sido excedido.

Justificativa: (i) retirada de referência à suspensão cautelar, pois não se trata apenas de suspensão cautelar. A partir do momento em que o pleito do concessionário for ratificado a suspensão deixa de ser cautelar; (ii) alteração do termo "tão logo", visto que, para que ocorra a suspensão o concessionário deverá realizar solicitação para a ANP. A suspensão será iniciada a partir desta solicitação e não "tão logo" o prazo regulamentar seja excedido. e (iii) inclusão da previsão de prorrogação, vez que esta também poderá ocorrer em função de atraso no processo de licenciamento ambiental.

31.4.3. O Concessionário deverá comprovar que não contribuiu para a dilatação do processo de licenciamento ambiental e que o atraso se deu por responsabilidade exclusiva dos entes públicos competentes.

Justificativa: o Concessionário deverá comprovar que não contribuiu para o atraso do processo de licenciamento ambiental em todas as suas fases e não somente após a suspensão.

31.4.4. O contrato será suspenso cautelarmente desde a data do protocolo do pleito de suspensão até a notificação da decisão da ANP acerca do pleito.

Justificativa: esclarecer que haverá uma suspensão cautelar até decisão da diretoria.

31.4.5. Deferido o pleito de suspensão do contrato por parte da ANP, o curso do prazo contratual será considerado suspenso até a decisão final do órgão ambiental sobre o licenciamento ambiental.

Justificativa: a nova redação visa a esclarecer que a partir da decisão da diretoria o contrato deixa de estar suspenso cautelarmente e passa à condição de suspenso de fato. Além disso, quanto à restituição de prazo, o conceito estaria equivocado, já que a restituição é contabilizada a partir da constatação de atraso por parte do órgão ambiental até a data da suspensão do contrato.

31.4.6. Deferido o pleito de suspensão do contrato por parte da ANP, a restituição de prazo por atraso do órgão ambiental será contabilizada a partir da constatação de atraso por parte do órgão ambiental até a data da suspensão cautelar do contrato.

Justificativa: a nova redação visa a esclarecer que, no caso de aprovação do pleito de suspensão, o prazo considerado pela ANP para restituição no caso de atraso por parte do órgão ambiental.

31.4.7. Indeferido o pleito de suspensão por parte da ANP, o curso do prazo contratual será retomado na data de comunicação do indeferimento, sem prejuízo da data de término do contrato originalmente previsto.

Justificativa: a nova redação visa a esclarecer que há possibilidade de indeferimento do pleito de suspensão e qual será a data de retomada do contrato.

31.4.8. O indeferimento do pleito de suspensão por parte da ANP, fora do prazo de vigência do contrato originalmente previsto, suscitará a extinção contratual na data de comunicação da decisão.

Justificativa: a nova redação visa a esclarecer qual será a data de término do contrato no caso da deliberação do indeferimento ocorrer após o término original do contrato.

31.4.9. A suspensão do curso do prazo contratual será interrompida a qualquer tempo, caso a ANP a julgue injustificada.

31.4.10. Deferido o pleito de prorrogação do contrato por parte da ANP, a restituição de prazo por atraso do órgão ambiental será contabilizada a partir da constatação de atraso por parte do órgão ambiental até a data do pleito de prorrogação.

Justificativa: a redação visa a esclarecer, no caso de aprovação do pleito de prorrogação, o prazo considerado pela ANP para restituição no caso de atraso por parte do órgão ambiental.

31.4.11. A conclusão do processo de licenciamento ambiental deverá ser imediatamente comunicada pelo Concessionário.

31.5. Desde que solicitado pelo Concessionário, a suspensão do curso do prazo contratual por prazo superior a 5 (cinco) anos poderá ensejar a extinção contratual, sem que assista ao Concessionário direito a qualquer tipo de indenização.

31.5.1. Caberá ao Concessionário comprovar que, no período compreendido entre a suspensão do curso do prazo contratual e a solicitação de extinção do Contrato, não contribuiu para a dilatação do processo de licenciamento ambiental.

31.6. Desde que solicitado pelo Concessionário, o indeferimento em caráter definitivo pelo órgão ambiental competente de licenciamento essencial para a execução das atividades poderá ensejar a extinção contratual, sem que assista ao Concessionário direito a qualquer tipo de indenização.

31.6.1 Para que o indeferimento do licenciamento ambiental possa ser enquadrado como caso fortuito, força maior e causas similares, caberá ao Concessionário comprovar que não contribuiu para o indeferimento do processo de licenciamento ambiental.

ANEXO II – PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO

O Anexo II foi alterado por solicitação da SEP, com base nos argumentos descritos no item 5.15 desta Nota Técnica.

ALTERAÇÕES REALIZADAS NO CONTRATO DE CONCESSÃO DE ÁREAS COM ACUMULAÇÕES MARGINAIS:

A minuta do contrato de concessão de áreas com acumulações marginais também incorpora, quando aplicáveis, os aprimoramentos trazidos no contrato de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural da R16, justificadas nas notas técnicas supramencionadas e por esse motivo não pormenorizadas nesta nota.

Ademais, a nova versão contratual incorpora aprimoramentos derivados de contratos de concessão praticados em outras rodadas de licitações posteriores à 4ª Rodada de Acumulações Marginais, última licitação promovida pela ANP para o leilão de áreas com acumulação marginal.

Nesse sentido, seguem abaixo as principais alterações de conteúdo implementadas no contrato de concessão de áreas com acumulação marginal da Oferta Permanente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

Nesta cláusula, diferentemente do que foi feito para o contrato da R16, não houve subdivisão de fases na definição de “*Programa Anual de Trabalho e Orçamento*”, haja vista que, nos contratos de concessão de áreas com acumulações marginais, as exigências para elaboração do Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Reabilitação são as mesmas do Programa Anual de Trabalho da Fase de Produção, não sendo necessário criar definições distintas e mantendo-se uma definição única “*Programa Anual de Trabalho e Orçamento*”.

A definição do “*Relatório Final da Fase de Reabilitação*” foi aprimorada deixando mais claro o conteúdo que deve estar contemplado no documento e que sua aprovação confere efetividade à Declaração de Comercialidade. As alterações propostas têm o intuito de alinhar as exigências do referido relatório ao que é solicitado no “*Relatório Final de Avaliação de Descoberta*” dos contratos de concessão de blocos exploratórios,

Por fim, a redação da definição de “*Relatório Final de Desativação das Instalações*” foi aprimorada à luz da redação utilizada nos contratos de concessão de blocos exploratórios.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Nesta Cláusula, o parágrafo 2.6 teve a sua redação aprimorada, de modo a não excluir a responsabilidade da União e da ANP quanto a eventuais “danos” relacionados com a execução das Operações, haja vista o que já havia sido feito no contrato da R16.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Nesta Cláusula, o parágrafo 4.2 foi aprimorado à luz da redação utilizada nos contratos de concessão de blocos exploratórios.

CLÁUSULA QUINTA - FASE DE REABILITAÇÃO

Nesta Cláusula, haja vista a manutenção de um “*Programa Anual de Trabalho e Orçamento*” único, os parágrafos 5.1.1 a 5.1.4 foram excluídos. Os procedimentos e prazos para encaminhamento do “*Programa Anual de Trabalho e Orçamento*” estão dispostos na Cláusula 9.5.

O parágrafo 5.7 foi aprimorado de modo a deixar claro que dar-se-á por conta e risco exclusivos do Concessionário a contratação de empresas de aquisição de dados (EAD). Ademais, foi excluída a menção a atividades de processamento, reprocessamento e interpretação de dados, vez que tais atividades não constam dos contratos de concessão de blocos exploratórios já há algumas rodadas.

Por fim, a redação dos parágrafos 5.11.13 e 5.13.1 foram aprimoradas, de modo a se deixar explícito as disposições contratuais a que fazem referência tais parágrafos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE

Nesta Cláusula, excluiu-se o parágrafo 7.5.1, que estipulava que a postergação de Declaração de Comercialidade deveria se dar de forma circunstanciada, haja vista que tal parágrafo não acrescenta informação ao contrato e já não consta dos contratos de concessão de blocos exploratórios das últimas rodadas.

Por fim, conforme solicitação da Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP), o parágrafo 7.6 foi suprimido, pois o dispositivo não se aplica a áreas com acumulações marginais, as quais não possuem o risco exploratório dos blocos.

CLÁUSULA OITAVA - FASE DE PRODUÇÃO

Nesta Cláusula, da mesma forma que no contrato de concessão da R16, o parágrafo 8.2, que versava sobre os princípios balizadores que deveriam ser observados pelo concessionário na fase de produção, foi excluído, vez que a definição de “*Melhores Práticas da Indústria do Petróleo*” abrange todos os itens listados nesse parágrafo.

CLÁUSULA NONA - DOCUMENTOS PARA ACOMPANHAMENTO DA FASE DE PRODUÇÃO

Nesta Cláusula, os antigos parágrafos 9.6, 9.7 e 9.8 foram realocados para o novo parágrafo 9.1 e seus subitens, os quais preveem penalidades no caso de entrega intempestiva dos planos e programas exigidos para o acompanhamento da execução do contrato.

No que tange às disposições que versam sobre o “Plano de Desenvolvimento” (parágrafos 9.2 a 9.5), “Programa Anual de Trabalho e Orçamento” e “Programa Anual de Produção” (parágrafos 9.6 a 9.7) e Boletins (parágrafo 9.8 e subitens), a redação dos respectivos parágrafos foi modificada à luz do que já consta dos contratos de concessão de blocos exploratórios das últimas rodadas e dos aprimoramentos implementados no contrato da R16, com as devidas adaptações.

Por fim, a SDP solicitou a exclusão do parágrafo 9.9 (“Antecipação das Atividades”), pois não se aplica ao objeto do Contrato, uma vez que as áreas com acumulações marginais já se encontram desenvolvidas e foram licitadas justamente para entrar em produção no menor tempo possível.

CLÁUSULA DÉCIMA - INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Nesta Cláusula, excluiu-se o parágrafo 10.2, que versava sobre a elaboração do Compromisso e do Acordo de Individualização da Produção, em linha com o contrato de concessão da R16.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXECUÇÃO PELO CONCESSIONÁRIO

Nesta Cláusula, a menção a boletins do parágrafo 11.2 item “b” e o parágrafo 11.16 foram excluídos, para ficar aderente com as disposições dos contratos de concessão de blocos exploratórios das últimas rodadas.

O prazo máximo para o Concessionário informar a ANP acerca do início da produção foi alterado para 72 horas, haja vista aprimoramento implementado no contrato da R16.

A redação do parágrafo 11.33 foi aprimorada em linha com as modificações empreendidas nas minutas do edital de licitações e do contrato de concessão de blocos exploratórios da Oferta Permanente, justificadas nos itens 5.16 e 5.17 da presente Nota Técnica e na Nota Técnica nº 23/2019/SEP (SEI nº 0474759).

Por fim, a redação dos parágrafos da Cláusula foi adaptada à luz dos contratos de concessão de blocos exploratórios das últimas rodadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTROLE DAS OPERAÇÕES E ASSISTÊNCIA PELA ANP

Nesta cláusula, afora ajustes de redação efetuados à luz dos contratos de concessão de blocos exploratórios das últimas rodadas., o parágrafo 12.4 foi realocado para melhor compreensão do texto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DADOS E INFORMAÇÕES

Nesta cláusula, afora ajustes de redação efetuados à luz do contrato da R16, o parágrafo 13.1.3 foi realocado e o parágrafo 13.2 foi modificado, haja vista que as resoluções da ANP vigentes sobre a matéria disciplinam que somente as rochas necessitam de autorização para envio ao exterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE TRABALHO INICIAL

À luz do contrato da R16, foram inseridos os novos parágrafos 14.14.2, 14.14.3, 14.14.4 e 14.14.5, que tratam do regramento acerca da execução da garantia financeira.

Além disso, o parágrafo 14.7 foi excluído em linha com os contratos de concessão de blocos exploratórios das últimas rodadas, uma vez que ia contra a solidariedade dos concessionários e abria mão do objeto de consecução do PTI.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA FINANCEIRA DE DESATIVAÇÃO E ABANDONO

Nesta cláusula, o parágrafo 15.2.1.1, que versava sobre o prazo de validade mínimo das garantias financeiras, foi excluído a pedido da SDP. Tal dispositivo foi remetido aos termos da Legislação Aplicável no parágrafo 15.2.1, a fim de conferir maior flexibilidade à disposição diante de eventual evolução regulatória ao longo do prazo de vigência do contrato - atualmente a ANP está revendo a Resolução ANP nº 27/2006 que disporá sobre os procedimentos e prazos do Programa de Desativação das Instalações. No que tange às modalidades de garantias financeiras de desativação e abandono, foi incluído o fundo de provisionamento dentre as modalidades aceitas pela ANP, haja vista a previsão de tal modalidade de garantia nos contratos de concessão de blocos exploratórios das últimas rodadas realizadas pela ANP.

Ato contínuo, foi inserido o novo parágrafo 15.7 e subitens, os quais disciplinam o regramento aplicável no caso de garantia apresentada por meio de fundo de provisionamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

A pedido da SDP, a redação da cláusula foi aprimorada à luz do contrato da R16, ajustando-se a redação do parágrafo 17.1, a fim de deixar explícito que o rol de obrigações elencadas, às quais o concessionário se sujeita, não é exaustivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PARTICIPAÇÕES

Nesta Cláusula, com base no contrato da R16, foram inseridas as alíneas “a” e “b” no parágrafo 19.2, que versa sobre obrigações de pagamento, pelo concessionário, das Participações Governamentais e de terceiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – MOEDA

Nesta Cláusula, o parágrafo 21.2 foi excluído nos mesmos moldes do contrato da R16, tendo em vista não haver necessidade de expressar no Contrato a obrigatoriedade de se realizar o ingresso e remessa de divisas de acordo com a legislação brasileira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CESSÃO DO CONTRATO

A redação da Cláusula foi aprimorada à luz do contrato da R16.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DEVOLUÇÃO

Nesta Cláusula, haja vista sugestão da SDP, o termo “Área”, no parágrafo 24.2, foi alterada para “Área de Concessão”, e o termo “Área” no parágrafo 24.4 foi excluído, de modo a conferir maior precisão ao significado dos termos utilizados.

Ademais, foram inseridos os novos subitens 24.8.1 e 24.8.4 ao parágrafo 24.8, haja vista tais disposições já constarem dos contratos de concessão de blocos exploratórios já há algumas rodadas.

O parágrafo 24.9, da mesma forma, foi aprimorado à luz dos contratos de concessão de blocos utilizados nas últimas rodadas.

Por fim, o parágrafo 24.17 foi aprimorado, de modo a prever que a quitação do contrato, após a sua extinção, só ocorrerá após a aprovação, pela ANP, do Relatório Final de Desativação das Instalações, conforme aprimoramento já incorporado nos contratos de concessão de blocos exploratórios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CASO FORTUITO, FORÇA MAIOR E CAUSAS SIMILARES

Nesta cláusula, foi inserido novo parágrafo 27.3.1, com seus subitens, que prevê a possibilidade de a ANP suspender o curso do prazo contratual em relação à parcela do Contrato impactada por hipótese de caso fortuito/força maior.

Ademais disso, Superintendência de Exploração (SEP) e Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM) propuseram conjuntamente nova redação para as disposições contratuais relativas ao Licenciamento Ambiental, a fim de melhor disciplinar em contrato o regramento aplicável à suspensão do prazo contratual por conta de atraso na obtenção da licença ambiental.

A redação é idêntica à proposta para a Cláusula Trigésima Primeira do contrato de concessão de blocos exploratórios e encontra-se transcrita, junto com a respectiva fundamentação, no item 5.19 desta Nota Técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente nota técnica apresentou e justificou as alterações incorporadas às minutas de contratos de concessão da Oferta Permanente, após aprimoramentos já aprovados pela Diretoria Colegiada da ANP em contratos anteriores, quando cabíveis, bem como outros aprimoramentos decorrentes de sugestões encaminhadas por unidades organizacionais da ANP.

Dado que o processo regulatório reflete, em grande medida, um processo de aprendizagem por parte do órgão regulador, sem prejuízo do disposto na presente Nota Técnica, as alterações propostas nas minutas dos contratos foram elaboradas de forma a melhorar a compreensão e dirimir as dúvidas mais frequentes das pessoas jurídicas que contratam a exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural a partir das licitações realizadas pela ANP, bem como para atender os objetivos de interesse público externados pelas diretrizes de política energética nacional estabelecidas pelo CNPE e pelo legislador.